

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 20 DE NOVEMBRO DE 2006**-----

-----Aos vinte dias do mês de Novembro de dois mil e seis, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Pedro Miguel César Ribeiro, Maria Joana Vidinha Batista e Morais Silvestre, Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos e José Carlos da Silva.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após o que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----ACTA - O executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a Acta da reunião de dois de Outubro de dois mil e seis.-----

-----Foram introduzidas alterações à acta de trinta de Outubro passado, pelos Srs. Vereadores Manuela Cunha e Francisco Maurício.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia o Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos apresentou dois requerimentos com vista a serem-lhe fornecidas cópia da lista mensal do pessoal que se encontra em regime de avença ou tarefa, referente ao período de trinta e um de Dezembro de dois mil e cinco a trinta de Junho de dois mil e seis; e cópia da lista dos concursos, internos e externos, para admissão de pessoal, que se encontram em vigência.-----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

-----VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA - O Sr. Presidente informou que, na sequência do pedido de demissão do Sr. Dr. Francisco Maurício do Rosário do cargo de Vice-Presidente da Câmara e consequente passagem a Vereador sem pelouros, que aceitou, designou, nos termos do número três do Artigo cinquenta e sete da Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco-A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, para exercer as funções de Vice-Presidente o Sr. Vereador Pedro Miguel César Ribeiro, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos.-----

-----Esta nomeação produz efeitos a partir do próximo dia um de Dezembro.-----

-----PELOUROS - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - O Sr. Presidente apresentou a seguinte «Proposta de Distribuição de Pelouros»----

-----Nos termos do ponto dois do artigo sessenta e cinco da Lei cinco A barra dois mil e dois informa da nova distribuição de pelouros e consequente nova delegação de competências resultante da renúncia do Senhor Vereador Dr. Francisco Maurício.-----

---José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes - Presidente, Representação Municipal, Gestão Financeira, Obras Municipais, Obras Particulares, Recursos Humanos-----

-----Pedro Miguel César Ribeiro, Substituição do Presidente nas suas faltas e impedimentos, Desporto e Tempos Livres, Novas Tecnologias/ Modernização Administrativa, Higiene Urbana, Protecção Civil, Turismo, Trânsito e Transportes Urbanos.-----

-----Maria Joana Vidinha Batista e Morais Silvestre, Educação, Acção Social, Saúde, Gestão do Autocarro Municipal-----

-----José Carlos Silva, Gestão do Parque Automóvel, Parques e Zonas Verdes, Mercados e Feiras, Cultura, Juventude e Tempos Livres, Conselho Cinegético.-----

-----Esta alteração produz efeitos a partir de um de Dezembro próximo.-----

-----ALDESC, EM - O Sr. Presidente apresentou a sua Proposta, do seguinte teor:-----

--« Nos termos estatutários proponho a nomeação do seguinte Conselho de Administração para a ALDESC - Empresa Pública Municipal de Gestão dos Espaços e Equipamentos Desportivos e Culturais da Almeirim:-----

-----Presidente: José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes.-----

-----Vogais: Pedro Miguel César Ribeiro, Administrador para o Desporto;-----

-----José Carlos Silva, Administrador para a Cultura-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que o Sr. Presidente misturou duas coisas não misturáveis, uma que dá a conhecer as suas opções e outra que dá a conhecer a sua proposta para o Conselho de Administração da ALDESC, que tem de ser posta à votação.-----

-----O Sr. Presidente disse que é isso que está a ser feito: deu conhecimento das decisões no âmbito das suas competências próprias e propõe à votação a respeitante à ALDESC.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu que no Conselho de Administração da ALDESC estava outro membro e perguntou se foi exonerado ou pediu demissão.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que não chegou ainda o pedido de demissão do Sr. Jorge Careca, pelo que será exonerado.-----

-----Foi ainda esclarecido pelo Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário que o Conselho de Administração não auferia qualquer tipo de remuneração.-----

-----Submetida a votação a proposta, que produzirá efeitos a partir de um de Dezembro próximo, foi a mesma aprovada por maioria, com uma abstenção do Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário e dois votos contra dos Srs. Vereadores Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha fez a seguinte declaração de voto: «Voto contra e faço voto de vencido, contrariamente ao que fiz em relação ao anterior Conselho de Administração, porque a este aqui proposto não dou o benefício da dúvida, tendo já

verificado durante os quatro anos do anterior mandato a prática de gestão de dois dos seus elementos, agora propostos para compor o novo Conselho de Administração».-----

-----1 - OBRAS PARTICULARES-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em projectos de arquitectura dos processos de obras a seguir indicados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Ernesto do Rosário, duzentos e cinquenta e sete; e Élio Batista Reguinga, duzentos e sessenta e um, ambos de dois mil e seis.-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em sede de projectos globais respeitantes aos processos de obras abaixo designados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Maria Emília Alfaiate Ribeiro Pereira, cento e setenta e oito -A de dois mil e quatro; Armando Venâncio Vital, cento e setenta e seis; Fernando da Cruz Vilela, cento e oitenta e três-A; e Carla Isabel Bento Silva Casimiro, duzentos e sessenta e oito, todos de dois mil e cinco; Batista & Gil, Lda, vinte e um-A; Predialmeirim - Sociedade Imobiliária de Almeirim, Lda, cento e trinta; José António Bento Tação Flamino, cento e trinta e seis; Manuel João Vital Pereira, duzentos e oito; Estêvão José Cunha Pita Soares, duzentos e sete; Campofora - Construções e Urbanizações, Lda, duzentos e sessenta e três; e João Botas Constantino, duzentos e oitenta e quatro, todos de dois mil e seis.-----

-----3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS-----

-----DIREITO DE SUPERFÍCIE - Foi presente o requerimento de José João Marta Agostinho solicitando certidão comprovativa do

eventual uso do direito de preferência na venda que vai fazer do direito de superfície correspondente à fracção autónoma B, rés-do-chão esquerdo do prédio sito na Rua das Milheiras, lote quatro, em Almeirim.-----

-----A Câmara deliberou não usar o direito de preferência.-----

-----ZONA DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS - Foi presente a carta de Plantiagro - Jardinagem e Agricultura, SA, comunicando que a empresa se encontra em processo de cisão, a fim de separar as actividades de jardinagem e agricultura, e solicitando autorização para transmitir a Plantiagro II - Agricultura e Silvicultura, SA o lote número cento e dois da Zona de Actividades Económicas de Almeirim, com dispensa pelo pagamento da compensação a que se refere o Artigo cinquenta e quatro do respectivo Regulamento, por não se tratar de um negócio, mas apenas uma cisão, tendo as empresas os mesmos administradores.--

-----O executivo deliberou pedir parecer ao consultor jurídico.--

-----5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS-----

-----AUTOCARROS - A Câmara deliberou contabilizar os custos com deslocações dos autocarros, ao serviço das seguintes entidades:-

-----Escola Secundária de Almeirim, cento e vinte euros e vinte cêntimos; Escuteiros de Almeirim, trezentos e vinte e três euros e cinquenta e nove cêntimos; Escuteiros de Fazendas de Almeirim, cento e setenta e cinco euros e setenta cêntimos; Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim, trezentos e sessenta e nove euros e noventa e oito cêntimos; Orfeão de Almeirim, duzentos e sessenta e nove euros e quarenta e oito cêntimos; Maduros do Folclore de Cortiçóis, cento e quinze euros e vinte e nove cêntimos; Lar de S. José, cento e oitenta e sete euros e trinta e quatro cêntimos; Casa de Repouso de S. João Baptista, cento e oitenta e três euros e quarenta e sete cêntimos; União Futebol Clube de Almeirim, cento e vinte e um euros e vinte e nove cêntimos; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim, oitenta e um

euros e noventa e cinco cêntimos; União de Veteranos de Almeirim, quinhentos e trinta euros e noventa e dois cêntimos; Associação Desportiva Fazendense, quinhentos e quarenta e oito euros; Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Paço dos Negros, sessenta e cinco euros e nove cêntimos; e Estabelecimento Prisional de Alcoentre, pelo transporte de reclusos ao serviço da Câmara, três mil quatrocentos e trinta e um euros e cinquenta e um cêntimos.-----

-----ZONAS LIVRES DE TRANSGÉNICOS - A Câmara tomou conhecimento da carta da Quercus - Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura convidando à intervenção das autarquias na declaração dos respectivos concelhos como zonas livres de transgénicos.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha sugeriu que seja reequacionada a sua proposta de avaliação de declarar o Concelho de Almeirim como zona livre de transgénicos, porque o Município anda a investir e a despende dinheiros municipais na investigação do verdadeiro melão de Almeirim, patrocinando o purismo da tipologia e se se permite o alargamento da cultura de transgénicos, o concelho pode ser afectado negativamente nas suas culturas tradicionais, o que não é uma boa imagem de marca turística. E acrescentou que o poder central está a meter o bedelho onde não deve, porque está a tirar o poder decisório aos municípios, nesta matéria.-----

-----ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - O executivo tomou conhecimento da circular da Associação Nacional de Municípios, solicitando toda a informação disponível sobre o funcionamento ou intenções futuras de funcionamento dos Serviços de Atendimento Permanente dos Centros de Saúde no Concelho.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades, a Câmara deliberou atribuir as seguintes transferências financeiras:-----

-----Ao Movimento da Fraterna Ajuda Cristã, para a sua venda de

Natal, duzentos e cinquenta euros; Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo, o montante correspondente à compra de duzentos e cinquenta cartões de Natal, como apoio à aquisição de um autocarro; Associação Almeirinese Clube Motard Os Lacraus, como patrocínio, cinquenta euros; Sociedade Columbófila de Muge, para a entrega de prémios, cento e vinte e cinco euros; Secção de Karaté da Associação Vinte Quilómetros de Almeirim, para o Primeiro Open de Karaté, noventa e seis euros e trinta e sete cêntimos; Banda Marcial de Almeirim, para a compra de saxofone tenor, mil trezentos e quarenta euros; Agrupamento de Escolas Febo Moniz, para reparação de três fotocopiadoras da Escola do Canto do Jardim, mil duzentos e setenta e cinco euros e cinco cêntimos e para aquisição de um novo equipamento de cópia para a Escola Básica do Moinho de Vento, mil setecentos e cinquenta e nove euros.-----

-----Foi presente a carta da ONG Saúde em Português, solicitando apoio com vista ao lançamento da antologia do conto cabo-verdiano, no corrente mês.-----

-----A Câmara deliberou pedir informação do preço de venda da obra, a fim de definir a sua contribuição.-----

-----FESTA DE NATAL DO PESSOAL - A Sr^a Vereadora Joana Silvestre apresentou as propostas para fornecimento de bens destinados à Festa de Natal do Pessoal desta Câmara, do seguinte teor:-----

-----Bolo-Rei, a que responderam a Pastelaria Chamel com o preço de cinco euros por quilo e Pani-tejo, com o preço de sete euros por quilo.-----

-----Vinho Licoroso, a que responderam a Adega Cooperativa de Benfica do Ribatejo, com o preço unitário por garrafa de dois euros e Adega Cooperativa da Gouxá, com o preço de três euros e cinquenta cêntimos.-----

-----A ambos os produtos cresce o IVA.-----

-----A Câmara deliberou adquirir o bolo-rei à Pastelaria Chamel e o vinho licoroso à Adega Cooperativa de Benfica do Ribatejo.-----

-----ÁRVORE - A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que no Parque da Zona Norte caiu um pinheiro por causa do vendaval e, dias depois, o pinheiro estava cortado e os serviços não tentaram recuperar a árvore.-----

-----CONSUMO DE ÁGUA - Foi presente o ofício do Agrupamento de Escolas Febo Moniz que acompanha cópia da factura de água de mil e oitocentos euros e noventa e três cêntimos, invocando razões anteriormente expostas e o acordado em reunião havida em dois de Novembro.-----

-----O Sr. Vice-Presidente informou que o elevado consumo se deve a uma rotura e a Escola não dispõe de verba para pagamento tão elevado pelo que o executivo deliberou, por unanimidade, anular a referida factura.-----

-----VENDA DE BENS DISPENSÁVEIS AOS SERVIÇOS - Foi presente a proposta de Jorge Manuel de Freitas Ferreira com vista à aquisição das pinhas das árvores da Zona Norte, pelas quais oferece cento e cinquenta euros.-----

-----A Câmara deliberou vender.-----

-----Para as deliberações que seguem ausentou-se o Sr. Vereador Pedro Ribeiro, por se considerar legalmente impedido.-----

-----BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALMEIRIM - O Sr. Vereador José Carlos da Silva referiu que no final do Pão, Vinho & Companhia, os vinhos oferecidos pelos produtores foram sorteados na chamada Roda dos Vinhos e obtida a receita de dois mil setecentos e oitenta e nove euros e oitenta e um cêntimos, destinada à Associação de Bombeiros Voluntários de Almeirim. Porém, como aquela receita foi depositada nos cofres municipais, solicita a sua transferência para a entidade destinatária.-----

-----O executivo deliberou, por unanimidade dos presentes, entregar a mencionada verba à Associação de Bombeiros Voluntários de Almeirim.-----

-----Deliberou ainda o executivo atribuir à Associação de Bombeiros Voluntários de Almeirim um subsídio extraordinário correspondente a dois duodécimos da transferência anual que lhe é destinada, atendendo à situação económica da corporação.-----

-----Retomou o seu lugar o Sr. Vereador Pedro Ribeiro.-----

-----4 - OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS-----

-----FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES CONFECCIONADAS PARA ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO CONCELHO DE ALMEIRIM - O Sr. Presidente apresentou a Acta-Relatório do Júri de Abertura de Propostas do Concurso Público em título, contendo o projecto de decisão da intenção de adjudicação à empresa Uniself - Gestão e Exploração de Restaurantes de Empresas, Lda, que apresenta o valor unitário de um euro e vinte e oito cêntimos, mais IVA.----

-----A Câmara deliberou, por maioria, formular a intenção de adjudicação do Fornecimento de Refeições Confeccionadas para Estabelecimentos de Ensino do Concelho de Almeirim à empresa proposta pelo Júri, com a abstenção do Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos e o voto contra da Srª Vereadora Manuela Cunha, que ditou a seguinte declaração de voto:-----

-----«Voto contra e faço voto de vencido pelas seguintes razões: 1º- Porque a questão não foi agendada na Ordem de Trabalhos nem a informação nos foi distribuída com os documentos, daí não ter capacidade para avaliar a matéria; 2º - Porque o Caderno de Encargos que serviu de suporte a este concurso é, quanto a mim, mau, pois não estabelece claramente as exigências por parte da Câmara em relação à qualidade alimentar das refeições a fornecer às crianças; 3º - Continuo a achar que a entrega das refeições a uma empresa privada pela Autarquia é perfeitamente inútil e não traz melhorias ao serviço, continuando a ser a Câmara que assegura um conjunto de tarefas, nesta operação».-----

-----O Sr. Presidente declarou: «Voto a favor porque, ao contrário da Srª Vereadora Manuela Cunha, tenho perfeita

consciência que há lugares no nosso Concelho onde não existem possibilidades práticas de serem confeccionadas refeições, nomeadamente nas escolas do Canto do Jardim, Moinho de Vento, Foros de Benfica, Cortiçóis, Jardim de Infância número dois de Fazendas de Almeirim e Marianos. Esta impossibilidade não pode ser assacada à Câmara, visto que foi o corpo docente que nunca quis assumir a responsabilidade do funcionamento das cantinas escolares. Esta medida tem vindo a ser tomada também porque, por imposição do Ministério da Educação, as refeições devem obedecer a ementas e requisitos de qualidade que as nossas cantinas 'artesaniais', apesar da boa qualidade, não cumpriam integralmente. Devemos dizer que esta questão já foi discutida entre a Câmara e as estruturas do Ministério da Educação, nomeadamente o CAE».

-----5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS-----

-----AQUISIÇÃO DE TERRENOS - O Sr. Presidente apresentou a sua proposta com vista à aquisição de três parcelas de terreno nas Ruas Bernardo Gonçalves e D. Gonçalo da Silveira, em Almeirim, a serem utilizados predominantemente como parque de estacionamento, o que permitiria a que a Praça Lourenço de Carvalho fosse submetida a uma requalificação que a libertasse, em parte ou no todo, do estacionamento automóvel. Assim, a parcela designada por A apresenta, segundo medições da Topografia, a área de seiscentos e trinta e nove metros quadrados e doze decímetros quadrados e seria adquirida por cento e vinte e quatro mil seiscentos e noventa e nove euros e quarenta e sete cêntimos; a parcela B tem a área de setecentos e doze metros quadrados e cinquenta e três decímetros quadrados e o preço previsto de cento e trinta e nove mil e vinte e um euros e setenta e três cêntimos; e a parcela C tem a área de dois mil duzentos e quatro metros quadrados e vinte e três decímetros quadrados e o preço previsto de duzentos e vinte e quatro mil quatrocentos e cinquenta e nove euros e cinco cêntimos. Para as

áreas e valores descritos o custo por metro quadrado cifra-se em cento e um euros e oitenta e três cêntimos.-----

-----O Sr. Presidente acrescentou que o objectivo principal é a construção de um parque de estacionamento, tão necessário nesta zona da cidade e, em segundo lugar, rentabilizar a aquisição, vendendo o remanescente para construção.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha referiu que as proporções da terceira parcela de terreno em relação às outras, não indiciam que as áreas estejam correctas, para o que basta sobrepor para se ver que alguma coisa está errada e já conhece erros anteriores em medições, pelo que não está em condições de aprovar a proposta. Para além disso, o Sr. Presidente já traz o dois em um, a aquisição e a venda para construção. A grande possibilidade destes terrenos é apresentarem duas entradas, o que é uma mais valia para um parque de estacionamento. Para além disso, não é dada informação se há dinheiro para comprar, se há cabimentação da despesa ou se será cabimentado no próximo Orçamento.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que o que lhe interessa saber é se o executivo considera conveniente adquirir os três terrenos, com duas frentes, para construção do parque de estacionamento, prioritariamente. De sua parte considera de todo vantajoso que a Câmara adquira terrenos dentro dos limites urbanos da sede de Concelho e das freguesias, porque as possibilidades de se encontrarem terrenos com dimensões razoáveis são muito pequenas, e se a Câmara não comprar, outros comprarão. Portanto, o que pretende saber do executivo é se considera ou não vantajosa a aquisição de terrenos, para o mencionado fim. E disse que lhe parece francamente descabido que seja posta em causa a medição feita pelos serviços de topografia, com máquinas de precisão, porque a Sr^a Vereadora faz uma sobreposição no papel e as áreas não lhe parecem bem, o que acha que é mais uma brincadeira de mau gosto. Evidentemente que vai ser cabimentado este ano o que tiver de ser pago este ano e sê-lo-á no próximo ano quanto aos actos que forem realizados no próximo ano. O objectivo primário

é o estacionamento e se o terreno o comportar, poder-se-á rentabilizar o espaço com uma construção, apenas como princípio de gestão.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse não ter qualquer objecção, dada a falta de estacionamento na cidade.----

-----O Sr. Presidente lembrou que a Praça Lourenço de Carvalho, actualmente, está transformada num depósito de automóveis.-----

-----Submetido o assunto a votação, foi deliberado, por maioria, adquirir as três parcelas de terreno nos termos propostos, com a abstenção da Sr^a Vereadora Manuela Cunha, que fez a seguinte declaração:-----

-----«Abstenho-me pela seguinte razão: Considero de extrema importância a criação de condições para melhorar o estacionamento no centro de Almeirim e isso pode passar pela aquisição de terrenos; considero ainda que os três terrenos apresentados têm a vantagem de estar bem localizados e com duas frentes; no entanto, não posso dar o meu voto favorável a um documento que me deixa, na sua apresentação, algumas dúvidas. Assim, nas plantas apresentadas dos ditos terrenos, a parcela C não parece ter a dimensão apresentada nos números, isto é, não parece pelo desenho, ter oitocentos e cinquenta e dois metros quadrados a mais que a soma das outras duas. Admito que pode ser devido a uma má representação gráfica, no entanto, julgo que estes desenhos deveriam vir cotados com escala e com a representação exacta, caso esta não o seja. Por isso, não me sinto em condições de aprovar. Quero ainda referir que este meu direito à dúvida é legítimo, visto não ser a primeira vez que há erros de medição relativos a terrenos, em documentos apresentados nestas reuniões».-----

-----O Sr. Presidente declarou que «O desenho e as medições foram feitos nos serviços topográficos da Câmara, utilizando máquinas de precisão que têm sido bem caras ao Orçamento municipal, pelo que me merecem credibilidade».-----

-----CONCURSO PÚBLICO PARA UMA LICENÇA DE TÁXI PARA BENFICA DO

RIBATEJO - Foi presente o Programa de Concurso para Atribuição de uma Licença para Transporte em Táxi com o Regime de Estacionamento de um Lugar, na Freguesia de Benfica do Ribatejo.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha opinou que a alínea a) dos Critérios de atribuição de Licenças é um bocado restritiva, pelo que poderia ser eliminada.-----

-----O Sr. Vereador José Carlos Silva respondeu que os critérios respeitam integralmente a previsão regulamentar e o presente Programa de Concurso foi sujeito a parecer do consultor jurídico.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o referido documento.-----

-----AUXÍLIOS ECONÓMICOS - A Sr^a Vereadora Joana Silvestre apresentou as reavaliações das situações dos agregados familiares de sete alunos do ensino básico e que determinaram a confirmação de dois indeferimentos iniciais e a atribuição de auxílios económicos, como segue: Escalão A, no valor de sessenta e cinco euros, a um aluno da Escola de Cortiçóis e um de Paço dos Negros; Escalão B, no valor de quarenta e cinco euros a dois alunos da Escola de Fazendas de Almeirim e um de Foros de Benfica.-----

-----O Sr. Presidente disse que deve ser informada eficazmente a data limite para resolver os pedidos dos auxílios económicos.---

-----A Sr^a Vereadora Joana Silvestre respondeu que todos os anos são informadas as escolas de que o prazo limite é de trinta e um de Julho, é reiterada a informação, mas não consegue que os prazos sejam cumpridos.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir os auxílios económicos referidos.-----

-----CRIAÇÃO DO GABINETE DE APOIO AO CIDADÃO COM NECESSIDADES ESPECIAIS - O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu que solicitou o agendamento da sua proposta a seguir transcrita, com

vista à remoção de obstáculos à mobilidade de pessoas com necessidades especiais, podendo ser criado no futuro o Promotor Municipal e de imediato ser activado um Gabinete, ou em alternativa que o Gabinete de Acção Social, com vista a assimilar estas competências, a defender em sede de Regulamento camarário para as acessibilidades.-----

-----«Um dos princípios fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa é o princípio de igualdade de todos os cidadãos, o qual encontra uma especial previsão no número um do artigo setenta e um da Constituição da República Portuguesa que dispõe: «Os cidadãos portadores de deficiência física ou mental gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição, com ressalva do exercício ou do cumprimento daqueles para os quais se encontrem incapacitados».-

-----Face a este imperativo constitucional, e com o objectivo da realização de uma política global, integrada e transversal , a Lei número trinta e oito barra dois mil e quatro, de dezoito de Agosto, aprovou as bases de prevenção, habilitação, reabilitação e participação das pessoas com deficiência, visando a promoção da igualdade e a eliminação das barreiras sociais que obstem à inclusão dos cidadãos portadores de deficiência.-----

-----Além deste enquadramento legal, importa ainda referir que, a Resolução do Conselho de Ministros número cento e vinte barra dois mil e seis, de vinte e um de Setembro, aprovou o I Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade para os anos de dois mil e seis a dois mil e nove (I PAIPDI 2006-2009).-----

-----Neste âmbito, designadamente no ponto um da parte dois do PAIPDI, em matéria de "acessibilidades ao meio físico, ao edificado e aos transportes" (Estratégia número um ponto um), prevê-se que sejam adoptadas diversas medidas de reparação, entre as quais, a realização de um programa de informação dirigido às Câmaras Municipais sobre as normas técnicas de acessibilidade no meio edificado, habitacional e via pública.---

-----Assim , numa época em que se assiste a uma nova geração de

políticas que promovem a inclusão social das pessoas com deficiências ou incapacidade, torna-se cada vez mais indispensável o papel das autarquias locais na promoção da qualidade de vida dos seus munícipes.-----

-----Com efeito, o PPD/PSD considera fundamental a adopção de políticas locais e de medidas sociais que fomentem a integração dos cidadãos na sociedade civil local, por forma a garantir os direitos fundamentais constitucionalmente previstos.-----

-----Nesta medida, a criação de um Gabinete de Apoio ao Cidadão com Necessidades Especiais, bem como a elaboração de um Regulamento para a Promoção da Acessibilidade e Mobilidade Pedonal, enquadra-se nas prioridades traçadas pelo PPD/PSD, ao mesmo tempo que vai ao encontro das medidas legislativas e governamentais existentes nesta matéria.-----

-----No que respeita à criação do Gabinete de Apoio ao Cidadão com Necessidades Especiais, o mesmo deverá ser uma estrutura orgânica destinada a melhorar as acessibilidades e mobilidade de todos os munícipes, tendo em vista a criação de uma cidade cada vez mais justa, solidária e inclusiva.-----

-----Todas as acções a desenvolver pelo Gabinete de Apoio ao Cidadão com Necessidades Especiais irão beneficiar não só os cidadãos com necessidades especiais como, em última análise, toda a Comunidade, por acarretarem melhorias na qualidade de vida urbana, designadamente na mobilidade e na partilha de conhecimentos e trocas de experiências entre os munícipes.-----

-----As competências do Gabinete de Apoio ao Cidadão com Necessidades Especiais deverão ser de natureza consultiva, de acompanhamento, mas também numa vertente prática, ao nível da elaboração de projectos e recomendações.-----

-----Ao nível consultivo, o Gabinete de Apoio ao Cidadão com Necessidades Especiais deverá zelar pelo cumprimento de legislação existente e emitir pareceres sobre as questões que lhe sejam especificamente colocadas pelos munícipes em sede de direito ou queixa, ou sobre o que entenda pronunciar-se.-----

-----O Gabinete de Apoio ao Cidadão com Necessidades Especiais

deverá também ter a missão de dar visibilidade e acompanhar as actividades camarárias, designadamente através da realização de visitas a locais acessíveis e aos que, não o sendo, poderão e deverão melhorar as respectivas condições, entre outros, transportes, equipamentos culturais ou sociais de apoio a cidadãos com necessidades especiais e ainda a outros espaços públicos ou privados com acesso ao público.-----

-----Por outro lado, no que respeita à elaboração de um Regulamento para a Promoção da Acessibilidade e Mobilidade Pedonal, o mesmo deverá ter objecto a promoção das condições de acessibilidade e a eliminação de barreiras físicas que constituam obstáculo à mobilidade, em conforto e segurança de pessoas e bens, em especial, daquelas pessoas que, de forma permanente ou transitória, se encontrem em situação de limitação ou de mobilidade condicionada, bem como promover a implementação e aplicação efectiva de normas técnicas adequadas a melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos.-----

-----Na prossecução do seu objecto, o Regulamento deverá definir os princípios e normas aplicáveis à criação de condições de acessibilidade e mobilidade na via pública, edifícios públicos e privados com utilização pública; aos terminais de transportes e à promoção de novos meios e condições de transporte destinados a pessoas com mobilidade condicionada, à melhoria da acessibilidade nos edifícios com fogos habitacionais.-----

-----Assim:-----

-----Ao abrigo do disposto no artigo número do Código do Procedimento Administrativo, e alínea a) do número um do artigo oitenta e sete da Lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro, alterada pelo Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, o PPD/PSD propõe o seguinte:----

-----1-A criação de um Gabinete de Apoio ao Cidadão com Necessidades Especiais;-----

-----2-A elaboração de um Regulamento Camarário que promova a acessibilidade mobilidade pedonal e estipule normas técnicas no meio edificado público, habitacional e via pública».-----

-----O Sr. Presidente referiu que o Gabinete de Acção Social, que está bem dotado quanto a recursos humanos específicos, têm o levantamento de todas as situações de cidadãos com necessidades especiais, de mobilidade ou outras, e que possam necessitar do apoio da autarquia. O Regulamento da Construção e Urbanismo não tem um capítulo autónomo mas tem a previsão das normas atinentes a este tipo de situação. A menos que a futura legislação o exija, o pessoal do Gabinete de Acção Social tem competência técnica e académica para as situações apontadas.-----

-----O Sr. Vereador José Carlos Silva considerou, no que toca aos mais jovens, que o Concelho está coberto de forma excelente por técnicos de apoio especial: a nível de creches, as crianças têm apoio especial proporcionado pelos serviços municipais; nas escolas do primeiro ciclo existe a intervenção de professores com formação específica no ensino especial; o Gabinete de Acção Social tem uma técnica superior que faz muito trabalho de acompanhamento escolar e domiciliário; e o Gabinete de Intervenção Precoce, a nível de saúde, que tem uma actuação aglutinadora. Toda esta rede beneficia de uma mobilidade que lhe permite acompanhar eficazmente crianças de todos os estratos, reconhecendo apenas uma falha, a da integração dos psicólogos.--

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que gostaria de ver aprovada a sua proposta como recomendação aos serviços e de forma a sensibilizar os serviços municipais para este tipo de necessidades, tendo em conta ser o conteúdo uma orientação.-----

-----A Sr^a. Vereadora Manuela Cunha disse, a propósito das acessibilidades, e já que a Câmara aprovou a alteração da entrada do Banco Totta, que pedisse aos Bombeiros um parecer sobre se estão reunidas as condições de segurança em caso de incêndio, com o bloqueio da porta.-----

-----TRANSPORTES COLECTIVOS DE CRIANÇAS - Foi presente a proposta que a seguir se transcreve, da responsabilidade da Sr^a Vereadora Manuela Cunha:-----

-----« Considerando que a Lei número treze de dois mil seis veio

introduzir um conjunto de novas exigências relativas ao transporte colectivo de crianças, tanto a nível da adaptação dos veículos, como noutras matérias, nomeadamente no acompanhamento em viagem.-----

-----Considerando que a Lei fixa o prazo de um ano, a partir de Maio de dois mil e cinco, às Câmaras Municipais e de dois anos às Juntas de Freguesia para procederem a adaptação dos veículos, onde por força das suas competências e responsabilidades, asseguram este transporte.-----

-----Considerando que na Carta Educativa, esta matéria não ficou contemplada nos investimentos prioritários, tal como chamei na época à atenção e propus alteração.-----

-----Considerando ainda que a Câmara Municipal pode ter um papel importante no esclarecimento à Lei, das IPSS e colectividades sem fins lucrativos locais, entidades que também terão de adaptar, bem que num prazo mais lato, os seus veículos para o transporte colectivo de crianças.-----

-----Considerando que as nossas crianças e jovens merecem que a segurança seja garantida o que torna desejável que esta adaptação ocorra mais rapidamente possível, mesmo antes do fim do prazo legal.-----

-----Proponho que:-----

-----1- Seja apresentado a este Executivo antes do Orçamento para dois mil e sete, um estudo com as medidas a adoptar nos veículos, da Câmara Municipal que servem, regularmente ou pontualmente, ao transporte colectivo de crianças e se transportes e os custos previsíveis.-----

-----2-Que estas medidas e custos respectivos integrem o próximo Plano e Orçamento Plurianual.-----

-----3- Que a Câmara Municipal promova uma reunião com as Juntas de Freguesias, Colectividades sem fins lucrativos e IPSS para lhes dar a conhecer a Lei e ajudar perante as dúvidas que possam existir».-----

-----A Sr^a autarca proponente disse que gostaria de ter um documento camarário que fizesse o ponto da situação de quais as

viaturas que transportam crianças, sejam municipais ou privadas e se a Câmara já verificou se as empresas já tomaram as medidas atinentes ao cumprimento da lei, nomeadamente quanto ao transporte de alunos para as escolas e para as actividades desportivas. Disse ainda que devia ser ponderada a adaptação das viaturas dos TUA, com lugares marcados para crianças. Referiu ainda que a autarquia podia dar uma ajuda a outras colectividades, em termos informativos.-----

-----O Sr. Presidente disse que a Câmara está a fazer a adaptação das suas viaturas que efectuem transportes escolares e as IPSS já têm conhecimento das medidas a cumprir, não se lhe afigurando curial que a autarquia vá anunciar subsídios.-----

-----A Sr^a Vereadora disse que quer um documento com as medidas a tomar.-----

-----Às dezassete horas e vinte e um minutos saiu a Sr^a Vereadora Manuela Cunha.-----

-----SUBSÍDIO À ADEGA COOPERATIVA DE ALMEIRIM - O Sr. Presidente apresentou a sua proposta, previamente distribuída por todos os autarcas, do seguinte teor:-----

-----« Considerando que Adeagas Cooperativas com realce particular a Adega Cooperativa de Almeirim, se caracterizam por uma actividade relevante para a economia do Concelho, que devemos considerar de interesse para toda a população e todas as actividades económicas do concelho;-----

-----Considerando que a produção de uva e o consequente fabrico de vinho é a actividade que ocupa a quase totalidade dos agricultores de Almeirim, alguns deles fazendo depender a sua sobrevivência desta exclusiva actividade;-----

-----Considerando que o Cooperativismo agrícola atravessa grandes dificuldades e que entre ele o da produção de vinho vive situação particularmente gravosa;-----

-----Considerando que por parte dos sócios da Adega as dificuldades que esta vive provoca uma crise económica que se

estende a todo o Concelho e que afecta não só os sócios mas todas as outras actividades económicas;-----

-----Considerando que a Adega de Almeirim e a autarquia, conscientes disso, tudo têm feito num passado recente, para tentarem ultrapassar a crise, de todos concluída;-----

-----Considerando que estão em curso diligências nunca antes conseguidas para lançamento de campanha de promoção dos nossos vinhos;-----

-----Considerando que é necessário criar condições para que a Adega consiga corresponder a estas operações que estão a ser preparadas no sentido de se conseguir a sua viabilidade e maior competitividade.-----

-----Propõe-se:-----

-----Que a Câmara, considerando as condições excepcionais de interesse para a grande massa da população do nosso concelho beneficiar, sobretudo nesta altura do pós vindima, conceda um subsídio à laboração da Adega de 250.000,00 € na certeza de que está a promover um real e valioso incentivo à actividade económica do nosso concelho.»

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos salientou que todos conhecem a difícil situação financeira da Adega e é a favor deste apoio, a questão está no fundamento legal para a sua atribuição.-----

-----O Sr. Presidente referiu que os pareceres jurídicos que recolheu apontam para a legalidade da atribuição do subsídio à Adega Cooperativa.-----

-----O assunto ficou à consideração do executivo, para ulterior deliberação.-----

-----PROTOCOLO - SISTEMA COLECTIVO DE SEGURANÇA - Foi presente a minuta do Protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal, a Associação Comercial de Santarém e a Guarda Nacional Republicana, com vista à implementação dos programas Comércio Seguro, Idosos em Segurança - Apoio sessenta e cinco e Escola Segura, com vista a garantir a segurança de estabelecimentos

comerciais, de idosos e crianças.-----

-----O executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a celebração do referido protocolo.-----

-----TARIFAS DE ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS - Foi presente a Proposta do Sr. Presidente com destino à actualização na percentagem de dois e meio por cento relativamente aos actuais valores, das tarifas de Água, Saneamento e Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, a fim de colmatar a desvalorização provocada pela inflação.-----

-----O executivo deliberou, por unanimidade, aprovar o referido tarifário com os valores parcelares nele contidos, a entrar em vigor no mês de Janeiro de dois mil e sete e que fica anexo a esta acta, dela fazendo parte integrante.-----

-----LOTEAMENTO DA ZONA DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS - O Sr. Presidente apresentou a sua Proposta, do seguinte teor:-----

-----«Tendo em conta a deliberação constante da acta de três de Abril de dois mil e seis no tocante à ampliação do lote número cento e oito da Zona de Actividades Económicas e dado que a conservatória não aceita o termo ampliação, propõe-se que se aprove a presente alteração do loteamento constituindo um lote cento e oito A que se agregará ao cento e oito.-----

-----Trata-se da mesma deliberação com forma diferente"-----

-----O Sr. Presidente disse que se trata de uma parcela de terreno com setecentos e setenta e seis metros quadrados, a ser adquirida pela Sociedade de Mármore de Foros de Benfica, Lda, que dela necessita para aumentar a área do lote que já detém, a fim de poder instalar máquinas próprias da sua actividade.-----

-----A Câmara deliberou aprovar a alteração do loteamento e a venda da parcela de terreno, ao preço regulamentar.-----

-----Às dezassete horas e cinquenta minutos o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Chefe de Repartição da
Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que
lavrei e subscrevi.-----

O Presidente da Câmara,

A Chefe de Repartição
